



Número: **0002865-09.2016.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **22/03/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
WELLINGTON DE ARAUJO CUNHA (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20590414	16/04/2019 11:48	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
23106339	30/07/2019 13:47	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
30623622	13/05/2020 12:45	Mandado	Mandado



TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
PICUI – ESTADO DA PARAÍBA

0002865-09.2016.815.0271



WELLINGTON DE ARAÚJO CUNHA, brasileiro, divorciado, motorista, portador da Cédula de Identidade Civil nº. 444.547 -SSP/PB e do CPF nº. 190961434-34, residente e domiciliado na Rua Pedro Hipácio, 21, Lagoa Nova, Picuí-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

AÇÃO DE COBRANÇA POR DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ c/c REPARAÇÃO DE DANOS

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

1

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, a promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

DOS FATOS

Que em 04 de setembro de 2015 o requerente recebeu o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvat da requerida no importe de R\$ 1.012,50 (Um mil e doze reais e cinquenta centavos) referentes ao Sinistro nº. 3150672837 com lesões apresentadas em um dos dedos da mão

É certo que a requerente no dia 07/08/2013, por volta das 17h30min, o requente foi vítima de acidente de trânsito, quando se trafegava em sua motocicleta YAMAHA FACTOR YBR, pela Praça Getúlio Vargas, em Picuí-PB, e uma motocicleta não identificada, em alta velocidade, colidiu com o veículo do autor. Devido a intensidade do impacto, a vítima desmaiou no local do acidente, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado para Hospital Regional também da mesma cidade. Em virtude de tal acidente, o requerente sofreu fraturas no membro superior e inferior.

Destarte, que segundo o Boletim de Ocorrência nº. 009/2015 expedido pela Polícia Civil de Picuí-PB, o requerente pilotava a moto YAMARA YBR ED, placa PEP 9007/PE, Chassi 9CKE150032642, ano/modelo 2011, cor vermelha, licenciada em nome de Maria da Conceição do Carmo Barbosa.

Também denuncia a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, a requerente foi socorrida pelo SAMU para o Hospital Regional de





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Picuí-PB, onde recebeu o devido atendimento, todavia, conforme o documento em anexo, o autor precisou voltar ao Hospital para receber tratamento ortopédico.

Destarte, que desse sinistro a requerente permaneceu inválido permanentemente, conforme denuncia o atestado em anexo.

Logo, nos leva a concluir pela invalidez permanente do requerente, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez total, ou seja a requerente tem o direito de receber o valor de R\$ 13.500,00 (mil trezentos e cinquenta reais e não os R\$ 1.012,50 (hum mil e doze reais e cinquenta centavos) conforme a requerida pagou, perfazendo assim a diferença de **R\$ 12.487.50 (doze mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;

e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é renunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

06
Q

adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovisionamento da apelação. Manutenção da sentença. Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado." A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do autor em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro da requerente ter acontecido no ano de 2013, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte,





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

20

por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
--	---------------------

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas no membro superior e inferior direito (100% cem por cento)** o que perfaz o percentual correspondente aos 100% (cem por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, referente a sua perda funcional. Porém, como já recebeu uma pequena parcela de tal montante administrativamente, agora só faz jus a diferença pleiteada.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

09

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)"

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

12

danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quírodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do esgotamento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastante a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)

Logo, está satisfeito a promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

III - DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 12.487.50 (doze mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pela promovente. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

§


g. Seja a autora submetida a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem às custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (mil, trezentos e cinquenta reais).

Nesses Termos,
pede deferimento.

Picuí - PB, 12 de abril de 2016.


NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13220





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

34

Anexo 01

QUESITOS

- 1) *Se existe nexa causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*
- 2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*
- 3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*
- 4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*
- 5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: "75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais".*





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

55
Q

Anexo 02

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



ARUANA SEGUROS DPVAT**SINISTRO: 3150672837**

36

ARUANA SEGURADORA S/A (cód: 2119) Visão Geral em 05/04/2016 SINISTRO: 3150672837 Data de Cadastro no Sistema: 31/07/2015	Dependência: 216 JEM REGULADORA DE SINISTROS LTDA RUA AMINTAS BARROS, 3137 LJ 03/BLOCO 1 - CENTRO COMERCIAL ABBAS CENTER 59063-350 - LAGOA NOVA NATAL - RN Fone: (84) 3343-0117 E-mail:
Nº RCO: 183074/2015 Solicitou: RN em 29/07/2015 17:15:50 Atendeu: PB em 29/07/2015 17:47:03	
Origem: 216 00 31	
Vítima: WELLINGTON DE ARAUJO CUNHA End: RUA PEDRO HIPACIO DE ARAUJO , 21 Bairro: LAGOA NOVA Cidade: PICUI Código do Beneficiário: 1 - Vítima Data de Nascimento: 19/12/1958 Data do Acidente: 07/07/2013 Código do Veículo: 9 - Motocicleta	
CEP: 58187000 UF: PB CPF: 19096143434 Natureza: 2	

Históricos relativos ao Sinistro Nº 3150672837

Data	Histórico
04/08/2015 16:04:47	[Informado pela Seguradora Aruana] - Processo enviado para a Seguradora Líder

Lançamentos de Pagamento encontrados para o Sinistro nº 3150672837

SINISTRO	PG.NUM.	COD.	BENEFICIARIO	CPF/CNPJ	DATA DO PAGTO	VALOR	BANCO	AGENCIA	CONTA/DV
3150672837	01	1	WELLINGTON DE ARAUJO CUNHA	19096143434	04/09/2015	1.012,50	001	02441-4	000010013725-3



PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante WELINGTON DE ARAUJO CUNHA,
brasileiro (a), divorçado, motociclista, portador(a) do RG nº.
444543 expedido por SSP PB em 1/1 e do CPF nº.
150961434-34, residente na(o) Rua Pedro Hilsch, 24,
Centro, município de
Picuí - PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e
constitui seu bastante procuradores e advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS – OAB/PB**
13.220 e **DIJANIELLYESON MONTEIRO NOBREGA – OAB/PB 17068**, brasileiro, solteiro, advogado,
com endereço profissional na Klick Consultoria, Assessoria e Serviços LTDA, localizada na Avenida
Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o
foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras e
últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou concordar
com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições
públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem como substabelecer
com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 10 de Julho de 2016

Wellington de Araujo Cunha
Outorgante

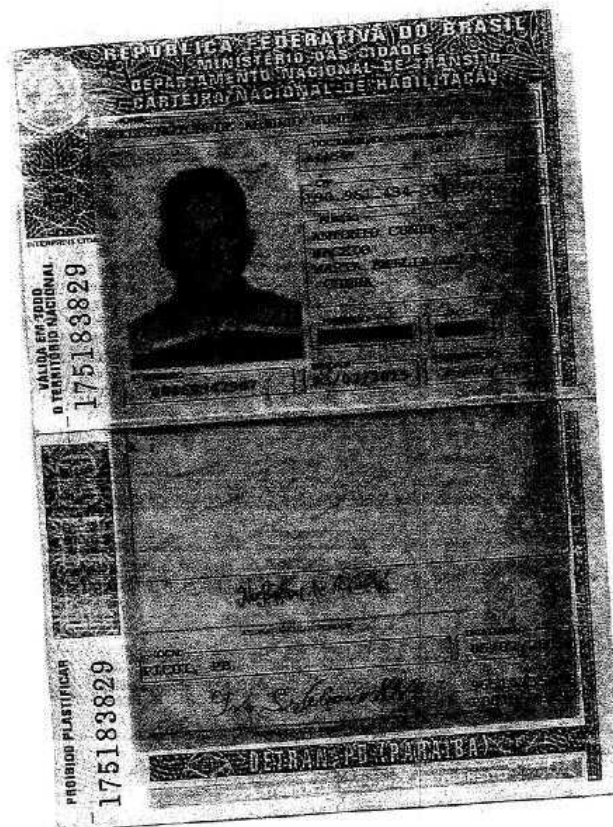
Av. Getúlio Vargas, 75, Centro
Picuí - PB

CPF. 58.187.000

E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br
nilotdantas@hotmail.com
(83) 3371 2274 / 9912 5490 / 9104 9190



18
Q



005345

Rua Feliciano Cirne, s/n - Jaguaribe João Pessoa - PB. CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

01740682-0

028.02.190.0236

CLIENTE MARIA EMILIA DE A CUNHA

ENDEREÇO RUA PEDRO HIPACIO DE ARAUJO, 21

BAIRRO CENTRO

CIDADE PICUI

CEP 58187-000

RESPONSÁVEL

SITUAÇÃO ÁGUA
LIGADOSITUAÇÃO ESCOTO
POTENCIAL

RESIDENCIAL 1

QUANTIDADE DE ECONOMIAS
COMERCIAL INDUSTRIAL PÚBLICO

LEITURA ATUAL	1490
LEITURA ANTERIOR	1482
CONSUMO DO MÊS (m³)	22/04
DATA DA LETURA	30
DIA DE CONSUMO	PROJETADA
CONDIÇÃO DA LETURA	MÉDIA
ANOMALIA DA LETURA	HTDROMETRO SUÇO
ANOMALIA DE CONSUMO	
DATA DA PRÓXIMA LETURA	

MÊS	VALOR - R\$	PARÂMETRO	VALOR MÉDIO DETECTADO	PONTUAÇÃO SEM NÚMERO DA SAÚDE REFERÊNCIA
		PH		6,0 a 8,5
		CO2		6,5 a 10,5
		CLORO		Mín. 0,2mg/l
		CONDUTIVIDADE TOTAL		(*)

(*) Sistema que analisa 48 ou mais amostras por mês, ausente em 95% das amostras examinadas

Dados Referentes à

NOV	9	-14	Número	A828065060
DEZ	9	-14	Data Instalação	26/11/1998
JAN	9	-14	Marca	ETC
FEV	8	-14	Localização	EXT
MAR	8	-14	Capacidade	3 m³/h
ABR	8	-14		
MÉDIA	8			

CONSUMO D'ÁGUA	22,54
ACRESCIMO(S) MES(ES) ANT.	0,45
JUROS DE MORA	0,05

TOTAL A PAGAR: ***** 23,04

25/05/2013

MAI/2013

Conforme art. 3º da Lei 12.007/2009, informamos que não há pendência ou fatura vencida para esta matrícula. Esta declaração substitui a comprovação da quitação das faturas mensais dos débitos até 31/12/2012, não abrangendo as faturas de 2013.



22

DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

Eu, WELLINGTON DO ANAJO CUNHA,
brasileiro(a), divorçado, notário, portador do
RG nº 444 547 expedido por SSP RJ e do CPF nº
190 961 434-34 residente
na(o) Rua Pedro Kildio, 21, Centro,
município de Picui - RJ. DECLARO, nos precisos termos do art. 1º da
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de
custas processuais, QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI, cuja situação econômica não
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picui - RJ, 10 de Julho de 2016

Wellington do Anajo Cunha
DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU: 30.8.1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

1) Presidência da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983: 162ª da Independência e 95ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel / Ilêlio Beltrão



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Wellington de Araujo Cunha,
RG nº 444.547, data de expedição 1/1, Órgão
SP/PB, CPF nº 190.961.454-34, venho perante a este
instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em
meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo
descrito:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua Pedro Nepacio de Araujo</u>
Número	<u>21</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>centro</u>
Cidade	<u>Picui</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58.187-000</u>
Telefone de Contato	<u>83) 3371-2274/ 9912-5490/ 9104-9190/ 8852-4690</u>
E-mail	<u>nilotdantas@hotmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Picui-PB, 21/07/15

Assinatura do Declarante:

Wellington de Araujo Cunha



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Wellington de Araujo Cunha, portador da carteira de identidade nº 449.547 e inscrito no CPF/MF sob o nº 190.961.454-34, residente e domiciliado na Rua Pedro Hipacio de Araujo, Cidade Picuí, Estado PB, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- (☒) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Wellington de Araujo Cunha

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Picuí - PB, 21/07/15

Local e data





33

C E R T I D ã O

Nº.Cont.: 009/2015

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências N.º 01/2015, nele encontrei as folhas de N.º 009 , o Registro n.º 009/2015, cujo teor agora passo a transcrever na Íntegra: Aos 27 dias do mês de janeiro do ano de 2015, nesta cidade de Picuí, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil, presente a Autoridade Policial o (a) Bel(ª). José Edson de Vasconcelos, Delegado de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, aí, volta das 16h45min. compareceu: **WELLINGTON DE ARAÚJO CUNHA**, brasileiro, divorciado, motorista, natural de Picuí/RN, nascido aos 19/12/1958, filho(a) de Antônio Cunha de Macedo e Maria Emília de Araújo Cunha, residente na Rua Pedro Hipácio, nº 21, Centro, Picuí/PB, CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE no dia 07 de julho de 2013, por volta das 17h30min., deslocava-se na motocicleta YAMAHA FACTOR YBR 125 ED, placa PEP 9007/PE, chassi 9C6KE1500B0032642, ano/modelo 2011, cor VERMELHA, licenciada em nome de Maria da Conceição do Carmo Barbosa, Que estava pilotando a referida motocicleta pela Praça Getúlio Vargas, em Picuí/PB quando uma outra motocicleta, não identificada, em alta velocidade, bateu na moto do comunicante em um cruzamento das ruas próximas a Praça Getulio Vargas; Que o comunicante desmaiou no local do acidente automobilístico e veio a ser socorrido pelo SAMU da cidade de Picuí e encaminhado ao Hospital Regional de Picuí/PB, Que em virtude do acidente o comunicante fraturou um dedo da mão direita e sofreu outras escoriações pelo corpo; Era o que tinha a registrar. O referido é Verdade e Dou fê.

Picuí/PB, 27 de janeiro de 2015.

Wellington de Araújo Cunha
COMUNICANTE:

Ailton Estrela de Assis
AILTON ESTRELA DE ASSIS

TESTEMUNHA 1 CPF 030.200.284-77, R. Praça João Pessoa, 04, Centro, Picuí/PB.

Jose Aginaldo da S. Pereira
JOSÉ AGINALDO DA SILVA PEREIRA

TESTEMUNHA 2 CPF nº 041.961.364-19, R. Severino Ramos da Luz, 65, bairro Monte Santo, Picuí/PB.

Arquiteto
ARQUITETO
MAT. 168.381-L



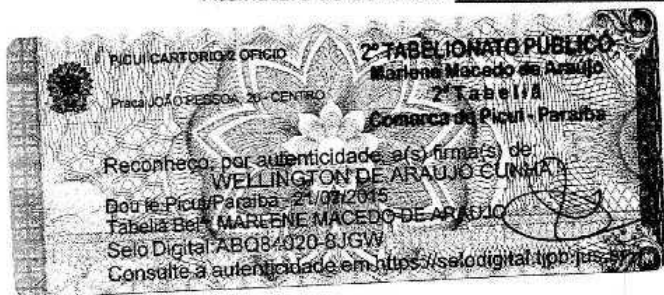
Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Wellington de Araujo Cunha,
RG nº 444.547, data de expedição 1/1/,
Órgão SSP/PB, portador do CPF nº 190.963.454-34, com
domicílio na cidade de Picui, no Estado de
Paraíba, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua Pedro Hipoácio de Araujo, nº 21,
complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima Wellington de Araujo Cunha, cujo o condutor era
Wellington de Araujo Cunha.

Veículo: MOTOCICLETA YAMAHA
Modelo: FACTOL YBR 125 ED
Ano: 2011
Placa: PEP-9007/PE
Chassi: SC6KG150060032642
Data do Acidente: 04/07/2015
Local e Data: Picui-PB, 21/07/2015

Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI

C.N.P.J. 08.741.399/0001-73

Home Page: <http://picui.famup.com.br>

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 08.619.650/0001-21

BASE DESCENTRALIZADA SAMU 192

25

Picuí/PB, 20 de Agosto de 2013.

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito, que o SAMU 192 PICUI/PB, realizou atendimento pré-hospitalar do paciente WELLINGTON DE ARAUJO CUNHA, 54 anos, vítima de acidente motociclístico, ocorrido próximo a Praça Getúlio Vargas em Picuí-PB no dia 07/07/2013. O mesmo apresentava escoriações no membro inferior e superior direito. Conforme regulação o mesmo foi removido para o Hospital regional de Picuí-PB

Gigliana da Silva Dantas

ENFERMEIRA

COREN - PB 246.095

Gigliana

GIGLIANA DA SILVA DANTAS

Coordenadora SAMU Picuí/Pb

Rua: Galdini Pinheiro, 26 - Bairro Centro / CEP: 58 187 - 000 - Picuí - PB
Fone/fax: (83) 3371-2620/ 3371-2350 – e- mail: pmpicui.sat.splena@uol.com.br



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 16/04/2019 10:38:09

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904161148410000000020028510>

Número do documento: 1904161148410000000020028510

1157A: HRP



<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041611484100000000020028510>

Número do documento: 1904161148410000000020028510

Num. 20590414 - Pág. 25

Name: Wellington de Araujo Cunha Sero: M Idade: 54

DATA	HORA	MEDICAMENTOS	VIA	OBSERVAÇÕES	SIGNATURA
07-03-13	18:05	SKL 1000 mL SG 500 mL + D1 amr Glucose Hidrocortisona 500 mL + PB Tubex + AD	EV EV EV EV EV	Paciente chegou na sala de parto após o parto de acidente de trânsito, apresentando lesões extensas M.C.P.M. com curativos de enfermeira.	[Signature]
	20:30			PA: 96 x 100 mmHg. RA - 130 x 90 mmHg. Sua liberação para navegação p/ o hospitalizado.	[Signature] [Stamp: 14 de Março de 2013]

Hospital Regional de Pícuí
Aviso conforme o original
Pícuí, 23/08/20
Arquivo Médico

28

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 22/03/2017 09 horas 59 minutos

Processo: 0002865-09.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 13500,00

Serie : 11

Autor : WELLINGTON DE ARAUJO CUNHA

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAUJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO

DATA
Recebidos nesta data em Cartoria
Picui, 05/04/17
R
Analista / Técnico Judiciário



CONCLUSÃO

Concluído nesta data ao MM. Juiz de Direito.

Picuí, 06/04/17

Q

Analista Judiciário / Técnico Judiciário



29



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI

DECISÃO

Vistos etc.,

O pedido de justiça gratuita não merece acolhimento, eis que a parte autora não comprova sua hipossuficiência financeira.

Com efeito, não há nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda.

Ademais, pela nova sistemática processual prevista no art. 98 do NCPC, deve o juízo ser criterioso no deferimento deste benefício, eis que há a possibilidade de **redução ou parcelamento das custas**, razão pela qual a concessão da gratuidade deve ficar reservada para aquelas partes que comprovam sua incapacidade de custear as despesas do processo.

Posto isto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a intimação da parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 9 de agosto de 2017.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

DATA
RECEBIMOS ASSINADA EM CARTÃO
30/08/17
[Assinatura]



CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a seguir se encontra EXPEDI:

- | | |
|-----------------------------|--------------------------|
| () Mandado de prisão | () Mandado de prisão |
| () Mandado de prisão | () Mandado de prisão |
| () Ofício nº | () Ofício nº |
| () Mandado Judicial nº | () Mandado Judicial nº |
| () Mandado de Averbação | () Mandado de Averbação |
| (X) Nota de Furo nº 138 117 | () Nota de Furo nº |

Picuí, 21 / 02 / 2017



Analista Judiciário / Técnico Judiciário





PATOS

- 2A. VARA DE PATOS Nº 0031/17 (Parágrafo 2º do Art. 370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01.09.93).
 00723 Processo: 0000449-35 2013 815 0251 - ACÇÃO PENAL - PROCED REU JOSE DE ANCHIETA PEREIRA XAVIER ADVOGADO: 010197PB JOSE HUMBERTO SIMPLICIO DE SOUSA. Despacho: Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 20 de setembro de 2017, às 9h50.
 00724 Processo: 0000396-90 2012 815 0251 - ACÇÃO PENAL - PROCED REU FRANCISCO LIMA OLIVEIRA ADVOGADO: 01684PR VALDIO DE MEDEIROS JUNIOR. Despacho: Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 20 de setembro de 2017, às 9h50.

5A. VARA DE PATOS Nº 2091/17 (INTIMACAO ART. 236 DO CPC)

- 00725 Processo: 0000996-65 2009 815 0251 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 00083PB LEILA MARIA SILVA ESTEVAM XAVIER, 012999PB ADRIANO LEITE DE MACEDO, 01004PB MARCOS FIRMINO DE QUEIROZ, REU: ANTONIO LEITE FILHO DOGAS ADVOGADO: 00936PB TACIANO FONTES DE FREITAS, 007814PB ADALBERTO JOSE FERNANDES ALVES. Despacho: Intime-se as partes para comparecerem a audiência no dia 31/08/17 às 14h.
 00726 Processo: 0002946-05 2014 815 0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: LOJAS AMERICANAS S/A ADVOGADO: 003954PB MARCOS DOS ANJOS PIRES BEZERRA, 011879PB PEDRO PIRES. Despacho: Intime-se a devolvedor, por seu advogado, para, em 15 dias, pagar o valor em desentenda, sob pena de incidir multa de 10%, segundo-se de mandado de penhora e avaliação.

PAULISTA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE PAULISTA Nº 0931/17 (INTIMACAO ART. 236 DO CPC)

- 00727 Processo: 0000326-42 2016 815 1171 - PROCEDIMENTO DO JUZ. AUTOR: JAIME NORRÉGA DA SILVA ADVOGADO: 011844PB JUAQUES RAMOS WANDERLEY, 018791PB MAYARA MONIQUE QUEIROGA WANDERLEY, REU: BANCO BRASCO S/A ADVOGADO: 017314A WILSON BELCHIOR, 017314A WILSON SALES BELCHIOR. Despacho: Intime-se o(a) promotor(a) para pagar espontaneamente, no prazo de 15 dias, o valor devido de R\$ 132,32 do CPC.
 00728 Processo: 0000134-90 2015 815 1171 - PROCEDIMENTO DO JUZ. AUTOR: MARIA OLIVIERA DE OLIVEIRA ADVOGADO: 011844PB JUAQUES RAMOS WANDERLEY, REU: CLARO S/A ADVOGADO: 015401PB CICERO PEREIRA DE LACERDA NETO. Despacho: Intime-se a parte promovida para pagar espontaneamente, em 15 dias, o valor acrescentado pelo(a) promotor(a), sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 523 do CPC.
 00729 Processo: 000142-87 2015 815 1171 - PROCEDIMENTO DO JUZ. AUTOR: SONIA DA SILVA SANTANA ADVOGADO: 014878PB GUSTAVO FERREIRA NUNES, REU: LOZANGO PROMOCOES DE VENDAS LTDA. Despacho: Intime-se a parte autora para, querendo, requerer o cumprimento da sentença, na forma do art. 524 do CPC, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento do feito.
 00730 Processo: 0000154-16 2014 815 1171 - PROCEDIMENTO DO JUZ. AUTOR: TARCISIO FERREIRA RAMA ADVOGADO: 018032PB KALLY PALMEIRA MAIA, REU: GUSTAVO HENRIQUE DE MEDE ROSGUE KATUJSCA DANTAS DE OLIVEIRA MEDEIROS. Despacho: Intime-se a parte autora para, em cinco dias, retirar o título executivo extrajudicial encerrado em autos, anexando cópia, a dois certificando nos autos.
 00731 Processo: 0000202-06 2016 815 1171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: IRAMIRTON HONORATO DE MEDEIROS ADVOGADO: 014652PB VIGOLVINO CALIXTO TERCEIRO, REU: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A ADVOGADO: 011268PB PAULO GUSTAVO DE MELLO SILVA SOARES. Despacho: Intime-se a parte promovida para que compareça, nos autos, o recolhimento das custas e honorários sucumbenciais, no prazo de 10 (dez) dias.
 00732 Processo: 0000222-31 2015 815 1171 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO AUTOR: PEDRO SEVERINO DA SILVA ADVOGADO: 011844PB JUAQUES RAMOS WANDERLEY. Despacho: Intime-se a parte designada para o dia 18/08/2017 a partir das 12h00h, na clínica D. Pedreira, em Pombal-PB, não será expedido mandado para a parte que deverá comparecer com documento pessoal, fotocópia e E.O.
 00733 Processo: 0000225-49 2016 815 1171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: ELIEU T. DE ARAUJO ADVOGADO: 019046PB MAYARA SOARES SILVA, REU: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A ADVOGADO: 011268PB PAULO GUSTAVO DE MELLO SILVA SOARES. Despacho: Intime-se a parte promovida para que compareça, nos autos, o recolhimento das custas e honorários sucumbenciais, no prazo de 10 (dez) dias.
 00734 Processo: 0000328-03 2009 815 1171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ALFREDO DANTAS DE QUEIROGA ADVOGADO: 011844PB JUAQUES RAMOS WANDERLEY, REU: MUNICÍPIO DE PAULISTA ADVOGADO: 01882PB VIGOLVINO CALIXTO TERCEIRO. Despacho: Intime-se o exequente para, no prazo de 10 dias, se desagraviar ao montante que ultrapassa o teto para pagamento das obrigações de natureza valor no âmbito do Município de Paulista-PB.
 00735 Processo: 0000359-47 2014 815 1171 - PROCEDIMENTO DO JUZ. AUTOR: ARTUR ARAUJO FILHO ADVOGADO: 010842PB ARTUR ARAUJO FILHO, REU: MANUELL FRANCISCO NETO ADVOGADO: 012380PB ALBERTO ASSIS BANDEIRA, 02028PB MARIA LAURENCE PEREIRA DE OLIVEIRA, REU: MARIA ALVES DE SAUS ADVOGADO: 012380PB ALBERTO ASSIS BANDEIRA, 02028PB MARIA LAURENCE PEREIRA DE OLIVEIRA. Despacho: Intime-se a parte promovida para contrariar-se no prazo legal.
 00736 Processo: 0000534-17 2009 815 1171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: FRANCISCO ISIDORO DA SILVA ADVOGADO: 006479PB SEBASTIAO MARCO COSTA DE SOUSA. Despacho: Intime-se o executado para, querendo, impugnar a penhora, no prazo legal.

PEDRAS DE FOGO

VARA ÚNICA DE PEDRAS DE FOGO Nº 126/17 (INTIMACAO ART. 236 DO CPC)

- 00737 Processo: 0000599-46 2010 815 0251 - REINTEGRAÇÃO DE MANUT. AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S/A ADVOGADO: 009259PB ALEDRINA GOMES DINIZ. Despacho: Intime-se a parte autora para pagamento das diligências a fim de que possa ser realizada a expedição do mandado.

PIANCO

1A. VARA DE PIANCO Nº 141/17 (INTIMACAO ART. 236 DO CPC)

- 00738 Processo: 0000483-44 2014 815 0261 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: FLAVIO ROBERTO LIMA FARIAS ADVOGADO: 01648PB FLAVIO ROBERTO DE LIMA DE FARIAS JUNIOR, 01948PB JOSE ANDRE OLIVEIRA DE ARAUJO, REU: MUNICÍPIO DE IGARACY. Despacho: Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões em 15 dias.
 00739 Processo: 0000545-21 2013 815 0251 - USUCAÇÃO AUTOR: MARIA DAPAZ VEIRA LINS PEREIRA ADVOGADO: 015116PB GERALDO DANTAS DA SILVA, AUTOR: MANOEL FRANCISCO PEREIRA ADVOGADO: 016116PB GERALDO DANTAS DA SILVA. Despacho: Intime-se para audiência desagravada para o dia 06/09/2017 às 14h no fórum em plantão, nos termos dos arts. 334 e 455, neps.
 00740 Processo: 0000546-08 2013 815 0251 - USUCAÇÃO AUTOR: JOSE MARIA ADVOGADO: 016116PB GERALDO DANTAS DA SILVA. Despacho: Intime-se a audiência designada para 06/09/2017, às 10:30h, nos termos do art. 334 e 445 do NCPC.
 00741 Processo: 0000726-55 2014 815 0261 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: DAMIANA MARIA DA CONCEIÇÃO ADVOGADO: 012869PB HELLAYNE GOUVEIA DE ARAUJO TEOTONIO, 012384PB CLAUDIA IZABELLE DE LUCENA COSTA, 01720PB ANNE FERNANDES DE CARVALHO SAEGER, REU: MUNICÍPIO DE PIANCO. Sentença: Pedido julgado procedente.
 00742 Processo: 0000735-52 2011 815 0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: EDUARDO RODRIGUES REGIS ADVOGADO: 012600PB AILTON AZEVEDO DE LACERDA, REU: INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Despacho: Intime-se o promotor(a) para formular os quesitos necessários ao estudo social do presente caso, no prazo de 5 dias.
 00743 Processo: 0000736-54 2010 815 0251 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: BANCO CREDIPIN S/A (FACITOMING) ADVOGADO: 00835PB JOSE MARCIOLO BATISTA, REU: PAULO SOUSA SILVA ADVOGADO: 008281PB HUMBERTO LEITE DE SOUSA PIRES. Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito.
 00744 Processo: 0001153-87 2011 815 0261 - USUCAÇÃO AUTOR: JOAQUIM PAULO CRUZ ADVOGADO: 00448PB JOSE FERREIRA NETO, AUTOR: MARIA DE JIZINHA COSTA DA CRUZ ADVOGADO: 00448PB JOSE FERREIRA NETO. Despacho: Intime-se a parte autora para, em 05 dias, recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição, bem como julgar procedente nos autos.
 00745 Processo: 0001354-74 2014 815 0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: FRANCINELO BARBOSA DA SILVA ADVOGADO: 01339PB MAURILIO WELLINGTON FERNANDES PEREIRA, REU: INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Despacho: Intime-se a sentença que julga improcedente o pedido.
 00746 Processo: 0001507-44 2011 815 0261 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: LUCINEI LEITE FLORENTINO DA SILVA ADVOGADO: 017162PB AMILTON PIRES DE ALMEIDA RAMALHO, REU: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A ADVOGADO: 011268PB PAULO GUSTAVO DE MELLO SILVA SOARES. Despacho: Intime-se a parte autora para, em 5 dias, recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.
 00747 Processo: 0001544-42 2011 815 0261 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: LEONARDO AUGUSTO DE QUEIROGA GOMES ADVOGADO: 018444PB CAMILA NORRÉGA DE SOUSA, REU: MUNICÍPIO DE CATINGUEIRA ADVOGADO: 00844PB FRANCISCO DE ASSIS REMIGIO. Despacho: Intime-se a parte autora para, em 5 dias, recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição, bem como julgar procedente nos autos.
 00748 Processo: 0001575-60 2015 815 0261 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ERMINIO MARCELO FERREIRA ADVOGADO: 019159PB MARILY MIGUEL PORCINO, REU: DPVAT S/A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DE SEGURO. Despacho: Intime-se a advogada do autor para formular os quesitos para a pericia, no prazo de 05 dias.

a pericia, no prazo de 05 dias.

- 00749 Processo: 0001641-09 2012 815 0261 - USUCAÇÃO AUTOR: FRANCISCA PEREIRA DAS LVARBASTO ADVOGADO: 002879PB ODON PEREIRA BRASIL ERO. AUTOR: JOSE BASTO FILHO ADVOGADO: 002879PB ODON PEREIRA BRASILEIRO. Despacho: Audiência de instrução designada para o dia 05 de setembro de 2017, às 09h00min, nos termos do art. 334, parágrafo 3º e art. 455, do CPC.
 00750 Processo: 0001662-32 2013 815 0251 - USUCAÇÃO AUTOR: JOAO EVANGELISTA MARCELO ADVOGADO: 008281PB HUMBERTO LEITE DE SOUSA PIRES. Despacho: Intime-se o promotor(a) para, no prazo de 10 dias, adotar as providências necessárias para a realização do confronto do confronto de fotografias nos termos do art. 240, § 2º, CPC, sob pena de extinção do feito.
 00751 Processo: 0002098-49 2014 815 0261 - RUSSA E APREENSÃO REU: RONALDO JOSE DA SILVA, AUTOR: FINANCEIRA S/A ADVOGADO: 018473A SERGIO SCHULZE. Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito.
 00752 Processo: 0002198-58 2013 815 0261 - ACÇÃO CIVIL DE IMPROB. AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA REU: ALENO FELIX DE SOUSA NETO. ADVOGADO: 009446PB FRANCISCO DE ASSIS REMIGIO II, REU: LUC CONSU. TORIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ADVOGADO: 021756PB AUGUSTO SANTA CRUZ VALADARES. REPRESENTANTE LOCAL: JOSE BONFIM GUACOSTA ADVOGADO: 021756PB AUGUSTO SANTA CRUZ VALADARES. Sentença: Pedido julgado para o fim de desconstituição.
 00753 Processo: 0002235-55 2013 815 0251 - USUCAÇÃO AUTOR: MARIA FALSTO MAIAS ADVOGADO: 012726PB JOAO BATISTA LEONARDO. Despacho: Intime-se para audiência designada para o dia 06/09/2017 às 10h no fórum em plantão, nos termos dos arts. 334 e 455 neps.
 00754 Processo: 0002414-19 2013 815 0261 - USUCAÇÃO AUTOR: EDMILSON DANTAS, SOPHINHO ADVOGADO: ROBERIO JOSE FERREIRA NETO, AUTOR: RENATA CANDIA DA SILVA ADVOGADO: 00448PB JOSE FERREIRA NETO. Despacho: Intime-se os autores para informar a endereços atualizados ou a não possuído do bem, no prazo de 10 dias.

1A. VARA DE PIANCO Nº 141/17 (Parágrafo 2º do Art. 370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01.09.93)

- 00755 Processo: 0001118-65 2002 815 0261 - ACÇÃO PENAL - PROCED REU JOAO HELENO FERREIRA DA SILVA ADVOGADO: 012725PB JOAO BATISTA LEONARDO. Despacho: Intime-se a defesa para apresentação das alegações finais, o prazo legal.

2A. VARA DE PIANCO Nº 144/17 (INTIMACAO ART. 236 DO CPC)

- 00756 Processo: 0000316-32 1595 815 0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: BANCO DO BRASIL S/A ADVOGADO: 011844PB RAFAEL SGANZERI A DURAND, 128341PB NELSON WILLIAMS FRATION RODRIGUES. Despacho: Intime-se o advogado do autor para, em 15 dias, atualizar o conteúdo dos autos, no prazo de dez dias.
 00757 Processo: 0000337-12 2012 815 0261 - EXECUÇÃO FISCAL AUTOR: COREN PB CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA ADVOGADO: 014844PB LUCAS BARBOSA DE CARVALHO GONCALVES. Despacho: Intime-se a parte executada para, querendo, o que de direito, em cinco dias, sob pena de arquivamento.
 00758 Processo: 0000508-65 2014 815 0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ELIZALTON AMBROZIO DOS SANTOS ADVOGADO: 01339PB DAIMAO GUIMARÃES LEITE, REU: MUNICÍPIO DE PIANCO. Sentença: Pedido julgado procedente.
 00759 Processo: 0001144-86 2015 815 0261 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: MARIA DE FATIMA DA SILVA FELPE ADVOGADO: 018438PB GILDERLANDO ALVES PEREIRA. Despacho: Intime-se a parte autora para, querendo, dentro de 15 dias, se manifestar quanto aos documentos de fls. 40 e 41 dos autos.
 00760 Processo: 0002216-15 2012 815 0261 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: IZABEL MARIA RAMALHO DO RIFUNO ADVOGADO: 012944PB CLAUDIO FRANCISCO DE ARAUJO XAVIER. Despacho: Intime-se o advogado da parte autora para, em dez dias, requerer o cumprimento da sentença.
 00761 Processo: 0002268-41 2014 815 0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: RAFAEL RODRIGUES DE SOUZA ADVOGADO: 006281PB FRANCISCO FARIAS BATISTA, 018223PB ODON PEREIRA BRASILEIRO FILHO, REU: MUNICÍPIO DE IGARACY. Sentença: Pedido julgado procedente.

2A. VARA DE PIANCO Nº 144/17 (Parágrafo 2º do Art. 370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01.09.93)

- 00762 Processo: 0000317-45 2015 815 0261 - ACÇÃO PENAL - PROCED REU GERALDO ANTONIO DE SOUZA JUNIOR ADVOGADO: 012944PB CLAUDIO FRANCISCO DE ARAUJO XAVIER. Despacho: Intime-se o advogado do acusado para a decisão de manutenção preventiva.
 00763 Processo: 0000405-87 2014 815 0261 - TERMO DE REINTEGRAÇÃO AUTOR: FATOZUJ ESP. MARIA SONIA FERREIRO, LEITE VITORIA A ADVOGADO: 01702PB AMILTON PIRES DE ALMEIDA RAMALHO, AUTOR: DO FATOZUJ ESP. JOSE VITORIO DA SILVA ADVOGADO: 01702PB AMILTON PIRES DE ALMEIDA RAMALHO. Sentença: Extinção de punibilidade decretada.
 00764 Processo: 0001118-82 2015 815 0261 - ACÇÃO PENAL - PROCED REU DO FATOZUJ ESP. LEIDIANE SILVINO DA SILVA ADVOGADO: 008182PB JOSE FELISMINO. Sentença: Extinção de punibilidade decretada.
 00765 Processo: 0001189-13 2010 815 0251 - PROCESSO DE APURAÇÃO DE ADOLESC. AUTOR: DOATO F.V.S. ADVOGADO: 01339PB MAURILIO WELLINGTON FERNANDES PEREIRA - ADOLESC. AUTOR: DOATO F.V.S. ADVOGADO: 01339PB MAURILIO WELLINGTON FERNANDES PEREIRA. VÍTIMA M.C.A. Sentença: Extinção de punibilidade decretada.

PICUI

VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI Nº 138/17 (INTIMACAO ART. 236 DO CPC)

- 00766 Processo: 0000888-50 2014 815 0271 - TUTELA E CURATELA - AUTOR: MARIA JURACY DANTAS DE LIMA ADVOGADO: 006478PB VENICIUS DE AMORIM COURA. Sentença: Cumpra-se. Extinção do processo sem julgamento do mérito - Art. 267, do CPC.
 00767 Processo: 0001350-35 2009 815 0271 - REINTEGRAÇÃO DE MANUT. AUTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARALHA ADVOGADO: 012844PB FABIANA DE FATIMA MEDEIROS AGRA, 008071A JOSE DUTRA INACIO DA ROSA FILHO, REU: MARIA SUELY DOS SANTOS SILVA ADVOGADO: 007092PB JOSE AGUINALDO CORDEIRO DE AZEVEDO. Sentença: Julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito.
 00768 Processo: 0002825-27 2016 815 0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: SEBASTIANA DE MACEDO DIAS ADVOGADO: 013220PB NILO TRIGUEIRO DANTAS, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DPVAT S/A. Despacho: Intime-se a parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição, bem como julgar procedente nos autos.
 00769 Processo: 0002835-71 2016 815 0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: HERICA VIEIRA DA SILVA ADVOGADO: 013220PB NILO TRIGUEIRO DANTAS, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DPVAT S/A. Despacho: Intime-se a parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.
 00770 Processo: 0002845-18 2016 815 0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: WELLINGTON ROBERTO MARCELO SILVA ADVOGADO: 013220PB NILO TRIGUEIRO DANTAS, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DPVAT S/A. Despacho: Intime-se a parte autora para em 05 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.
 00771 Processo: 0002856-62 2016 815 0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: JOSE INACIO OLIVEIRA DE AZEVEDO ADVOGADO: 013220PB NILO TRIGUEIRO DANTAS, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DPVAT S/A. Despacho: Intime-se a parte autora para em 05 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição, bem como julgar o original da procuração pública.
 00772 Processo: 0002855-09 2016 815 0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: WELLINGTON DE ARAUJO CUNHA ADVOGADO: 013220PB NILO TRIGUEIRO DANTAS, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DPVAT S/A. Despacho: Intime-se a parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.
 00773 Processo: 0002855-81 2016 815 0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: JOSE INACIO DE ARAUJO ADVOGADO: 013220PB NILO TRIGUEIRO DANTAS, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DPVAT S/A. Despacho: Intime-se a parte autora para em 05 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.
 00774 Processo: 0002833-03 2012 815 0271 - DIVÓRCIO CONSENSUAL AUTOR: JOAB FREIRE DIAS ADVOGADO: 008286PB ROSENO DE LIMA SOUSA, AUTOR: JEANNE DE SOUZA OLIVEIRA DAS ADVOGADO: 008286PB ROSENO DE LIMA SOUSA. Sentença: Divórcio homologado.

VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI Nº 138/17 (Parágrafo 2º do Art. 370 do CPP Com redação da Lei 8.701 de 01.09.93)

- 00775 Processo: 0000996-16 2013 815 0271 - REPRESENTAÇÃO CRIMINAL REU: JOSE ANTONIO VASCONCELOS DA COSTA ADVOGADO: 017148PB RAM VASCONCELOS DA SILVA MATOS. Despacho: Intime-se o advogado da parte réu, para no prazo legal apresentar as alegações finais.
 00776 Processo: 0002826-05 2016 815 0271 - INQUÉRITO POLICIAL INDICADO: LEONARDO MEDEIROS DA SILVA ADVOGADO: 017838PB JAILSON GOMES DE ANDRADE FILHO. Despacho: Intime-se o advogado da réu por falta de decisão de fls. 59, que transcorre em parte, isto posto, diante da manifesta interposição de recurso NÃO RECEBO a apelação de fls. 85/88.

PILAR

VARA ÚNICA DE PILAR Nº 133/17 (INTIMACAO ART. 236 DO CPC)

- 00777 Processo: 0000359-30 2016 815 0261 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: LUCINALDO AUGUSTO DA SILVA ADVOGADO: 012633PB MARCELA DOMINONI DE LORENZO FLORENCIO, 015445PB



RELEVADA

Nesta data JUNTO a estes autos o(a)

<input type="checkbox"/> Mandado de Citação	<input type="checkbox"/> Mo AR
<input type="checkbox"/> Mandado de Injunção	<input checked="" type="checkbox"/> A Petição
<input type="checkbox"/> Mandado de Proibição	<input type="checkbox"/> Edital
<input type="checkbox"/> Oficial nº	<input type="checkbox"/> Carta Precatória
<input type="checkbox"/> Nota de Eixo nº	<input type="checkbox"/>

Picuí, 24 / 02 / 18

Analista Judiciário [Assinatura]





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

DATA
Recebido nesta data em Cartório
15 / 12 / 19
Cassiano M. V.
Escritório / Escritório

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI-
PARAÍBA**

Processo: 0002865-09.2016.815.0271

31

WELLINGTON DE ARAUJO CUNHA, já devidamente qualificada, servindo-se do patrocínio profissional do Bel. Nilo Trigueiro Dantas, inscrito na OAB/PB sob o nº 13.220, nos autos desta Ação de Cobrança, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, **juntar o competente comprovante de renda, o qual testifica que o requerente se encontra DESEMPREGADO, conforme denota a CÓPIA DA SUA CTPS em anexo a essa petição,** e não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, razão pela qual insiste na concessão da **GRATUIDADE JUDICIÁRIA.**

Cumpre ressaltar inicialmente que foi colacionado nos autos declaração de pobreza informando que o promovente da presente demanda é pobre nos termos da lei, o que é suficiente para provar que o mesmo não tem condições de arcar com despesas processuais e com os honorários advocatícios.

Porém, apesar de ter colacionado aos autos tal declaração, esse Juízo acabou por indeferir o pedido de Justiça Gratuita, conforme assevera o despacho retro, o que com toda vênia, entendemos ser injusto, haja vista que tal entendimento viola o apregoador por nossa Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXV, onde assegura a todos o direito de acesso à justiça em defesa de seus direitos, independentemente do pagamento de taxas.

Ademais, é cristalino o direito do requerente em ser agraciado por tal benefício da justiça gratuita, uma vez que junta agora a **Cópia da sua CTPS**, o que comprova a sua condição de **DESEMPREGADO** e de Baixa Renda, além da consequente inviabilidade de pagamento das custas judiciais sem comprometer sua subsistência, nos termos do art. 99 do NCPC, abaixo transcrito:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

32

indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

§ 5º Na hipótese do § 4º, o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade.

§ 6º O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

§ 7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Caso Vossa Excelência entenda por não conceder a gratuidade da Justiça de forma integral, que seja lhe concedido apenas a gratuidade para dispensa das custas prévias iniciais, nos termos do § 5º do art. 98 do CPC.

Diante do exposto, requer o peticionário que Vossa Excelência reconsidere o indeferimento da Justiça Gratuita, e, diante dos documentos ora colacionados, que conceda os beneplácitos da justiça gratuita de forma integral, ou em caso contrário, que seja o mesmo apenas dispensado de recolher as custas prévias iniciais, nos termos do § 5º do art. 98 do CPC, devendo arcar com os ônus das diligências, postagens e demais outras despesas decorrentes desses autos.

Nesses termos,
pede deferimento.

Picuí, 17 de novembro de 2017.

MILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 91968
Série 560



Wellington de Araújo Cunha
ASSINATURA DO PORTADOR

33

2

6+

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Wellington de Araújo
Cunha
Loc. Nas. Píscui
Est. PB Data 19/12/1958
Filiação Antônio Cunha de
Mareto e Maria Emília
de Araújo
Est. Civil Casado Doc. N° 190
Fls. 48 Liv. B. 1 Reg. Civil Casau.
Outro doc.
Situação Militar: Doc. C.D.I.
N° 031.728 Orgão 239 C.S.M. Est. PB
Naturalizado Dec. N° Em / /

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em
Doc. Ident. N° Exp. em / /
Estado
Obs.

Data Emissão 06/12/77 DRT Píscui PB
Benedita Moraes dos Santos
Assinatura do Funcionário



12 X

CONTRATO DE TRABALHO 08.778.300/0001-08

Empregador SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Rua Centro Administrativo Estadual - Bloco 2 - 2º and.

Município Jaguaribe - CEP 58.000

Esp. do estabelecimento JOÃO PESSOA - PB

Cargo Vigia - Armazém

Data admissão 02 de 1981

Registro nº 491

Remuneração especificada R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)

Ass. do empregador ou a r.º c/ test. GERALDO MAGELA LEITE

1º DIRETOR-GERAL

2º

Data saída 07 de Janeiro de 1986

Ass. do empregador ou a r.º c/ test.

1º

2º

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - PB

CONTRATO DE TRABALHO 01-99

Empregador S. ARAUJO & CIA. LTDA-(ME)

Rua RUA SERRA GUERRA, 33

Município SANTAROS - CEP 58.050

Esp. do estabelecimento JOÃO PESSOA - PB

Cargo Garçon

Data admissão 01 de outubro de 1981

Registro nº

Remuneração especificada R\$ 123,80

(Seiscentos e vinte e três reais e oitenta centavos)

Ass. do empregador ou a r.º c/ test. J. ARAUJO

1º

2º

Data saída 29 de Janeiro de 1988

Ass. do empregador ou a r.º c/ test. J. ARAUJO

1º

2º

14 X

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

Rua N.º

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

C.B.O. nº

Data admissão de 19

Registro nº Fls/Ficha

Remuneração especificada

Ass. do empregador ou a r.º c/ test.

1º

2º

Data saída de 19

Ass. do empregador ou a r.º c/ test.

1º

2º

CONTRATO DE TRABALHO

15

Empregador

Rua N.º

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

C.B.O. nº

Data admissão de 19

Registro nº Fls/Ficha

Remuneração especificada

Ass. do empregador ou a r.º c/ test.

1º

2º

Data saída de 19

Ass. do empregador ou a r.º c/ test.

1º

2º





CTC RECIFE PE PL 13
WELLINGTON DE ARAUJO CUNHA
PEDRO E PASSIO DE ARAUJO 21
CENTRO
58187-000 PICUI PB



72101908 2131037 00000002337 30220617

AC 004/02337

EMISSAO: 20/08/2017
VENCIMENTO: 30/05/2017



CONCLUSÃO
Concluído em 16/04/2019
Dia 22 de 18
Assinado eletronicamente: [assinatura]





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ

Vara Única

36

Processo nº 0002865-09.2016.815.0271

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a justiça gratuita, tendo em vista que a CTPS do promovente indica que o mesmo já exerceu trabalho remunerado em algumas funções, tais como garçom, vigia e atualmente se qualifica como motorista, porém, sem anotação de trabalho em sua CTPS.

Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

Sendo assim, cite-se o promovido para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora à réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se.

Picuí, 27 de fevereiro de 2018.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

DATA

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 04/04/2019

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ

VARA ÚNICA DE PICUÍ
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002865-09.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: WELLINGTON DE ARAUJO CUNHA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0002865-09.2016.8.15.0271 para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e INTIMO as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.**

João Pessoa/PB, 30 de julho de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ

VARA ÚNICA DE PICUÍ
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0002865-09.2016.8.15.0271
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: WELLINGTON DE ARAUJO CUNHA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Picuí, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte:

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado cumprido, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na petição inicial.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

Picuí/PB, 13 de maio de 2020.

De ordem, LOURDEMAR VERAS FARES DAVID

Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento"

INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial	19041611484100000000020028510
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19073013473078900000022406624
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19073013473078900000022406624

